

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.781 - PR (2019/0236098-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : VALDECIR WAGNER  
**ADVOGADO** : IVERALDO NEVES - PR053697  
**AGRAVANTE** : EDSON CLAUMANN  
**ADVOGADO** : JULIANA FABYULA ZANELLA CLAUMANN E OUTRO(S) - PR048210  
**AGRAVADO** : T. S. DUARTE MAGALHAES - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI  
**AGRAVADO** : IVAN BEIRA MAGALHAES  
**ADVOGADO** : IJAIR VAMERLATTI E OUTRO(S) - PR014928

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 11 E 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. REDUÇÃO PARCIAL E PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA. PENSÃO VITALÍCIA. ATO PRATICADO FORA DO HORÁRIO DE TRABALHO. IRRELEVÂNCIA. AÇÃO QUE SE RELACIONA FUNCIONALMENTE COM O TRABALHO DESEMPENHADO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ação indenizatória em razão de acidente de trânsito.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 11 e 489 do CPC/15.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

7. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
8. A pensão por incapacidade permanente, cujo termo inicial é a data do evento danoso, é vitalícia, pois a invalidez total ou parcial para qualquer atividade laborativa acompanhará a vítima ao longo de toda a sua vida. Precedentes.
9. Não se exige que o preposto esteja efetivamente em pleno exercício do trabalho, bastando que o fato ocorra "em razão dele", mesmo que esse nexo causal seja meramente incidental, mas propiciado pelos encargos derivados da relação de subordinação. Precedentes.
10. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

## **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por EDSON CLAUMANN (2º agravante), contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na(s) alínea(s) "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 15/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 23/09/2019.

**Ação:** indenizatória, ajuizada por T.S. DUARTE MAGALHÃES COMÉRCIO DE ALIMENTOS - ME e IVAN BEIRA MAGALHÃES, em face do agravante e de VALDECIR WAGNER, em razão de acidente de trânsito.

**Sentença:** julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar os agravantes, solidariamente, ao pagamento da quantia de R\$ 10.080,00 a título de danos materiais à empresa agravada, de R\$ 40.000,00 a título de danos morais e de R\$ 50.000 a título de danos estéticos; além disso, ao pagamento de pensionamento mensal em favor do agravado até a data em que este complete 65 anos, no valor de 1,26 do salário mínimo nacional, devidos a partir do evento danoso.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta pelo agravado, para que a pensão seja calculada com base no salário mínimo vigente ao

tempo do acidente e suas posteriores atualizações, até sua morte; deu parcial provimento às apelações interpostas pelos agravantes, para fixar a pensão mensal devida no equivalente a 1,63 salários mínimos.

**Embargos de Declaração:** opostos pelos agravantes, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 5º, LIV e LV, e 93, IX, da CF, 11, 373, I, e 489, II, III, §1º, I, II, IV e VI, do CPC/15, 28, 29, 34 e 192 do CTB e 186, 884, 927, 945 e 950 do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: i) o agravado agiu com culpa exclusiva ou pelo menos concorrente ao conduzir o veículo envolvido no acidente; ii) o termo final da pensão mensal deve ser até os 65 anos do agravado ou até sua aposentadoria, se esta ocorrer antes; iii) o ato ilícito praticado fora do exercício das funções e em horário incompatível com o trabalho não acarreta a responsabilidade do empregador; iv) se a vítima retomou a atividade plena de seu trabalho, mantendo-se na mesma posição funcional e com o mesmo salário, não há fixar o pagamento de pensão mensal; v) a base de cálculo para o pagamento de pensão mensal deve ser o salário mínimo vigente ao tempo da sentença e sobre as parcelas vencidas não deve incidir correção monetária até a data do acórdão; vi) não há como incluir na indenização por danos materiais os valores que constam de notas fiscais registradas em nome de terceiro.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula**

Verifica-se que o agravante alega violação dos arts. 5º, LIV e LV, e 93, IX, da CF. Entretanto, a interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

**- Da violação dos arts. 11 e 489 do CPC/2015**

O acórdão recorrido foi claro ao fixar a quantia devida a título de

indenização por danos materiais. Fundamentou que: i) apesar da nota fiscal no valor de R\$ 5.080,00 não ter sido emitida em nome da empresa agravada, consta nos autos que o veículo era de propriedade da referida empresa e que a sócia administradora é casada com o agravado; ii) a nota fiscal impugnada se refere ao fornecimento de peças que correspondem aos danos causados ao veículo da empresa no momento do acidente e sua data de emissão está em consonância com a data do acidente.

Dessa maneira, foram devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que inexistente afronta ao art. 489 do CPC/15 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica (AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/2/2018; e AgInt no REsp 1.683.290/RO, 3ª Turma, DJe de 23/2/2018).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação dos arts. 11 e 489 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

***- Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 373, I, e 29, 34 e 192 do CTB, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

***- Do reexame de fatos e provas***

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à culpa exclusiva do 1º agravante, à invalidez passível de pensão vitalícia e à responsabilidade do empregador, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

No tocante à base de cálculo para a pensão mensal e sua correção monetária, bem como à comprovação do dano material com nota fiscal em nome de terceiro, entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, §1º, do CPC/2015, e 255, § 1º, do RISTJ.

Ademais, com relação à pensão mensal, a falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência também inviabiliza a análise do dissídio. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

**- Da Súmula 568/STJ**

O TJ/PR aplicou corretamente a jurisprudência do STJ no sentido de que a pensão por incapacidade permanente, cujo termo inicial é a data do evento danoso, é vitalícia, pois a invalidez total ou parcial para qualquer atividade laborativa acompanhará a vítima ao longo de toda a sua vida (AgRg no AREsp 636.383/GO, 4ª Turma, DJe de 10/9/2015; e REsp 1.646.276/RJ, 3ª Turma, DJe de 14/8/2017).

Além disso, ao decidir pela responsabilidade do empregador, o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento do STJ no sentido de que não se exige que o preposto esteja efetivamente em pleno exercício do trabalho, bastando que o fato ocorra "em razão dele", mesmo que esse nexo causal seja meramente incidental, mas propiciado pelos encargos derivados da relação de subordinação (REsp 1.072.577/PR, 4ª Turma, DJe de 26/4/2012; e REsp 1.433.566/RS, 3ª Turma, DJe de 31/5/2017).

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO

PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 700) para 11%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora